

## SIMPÓSIO ONLINE Nº 116

### Simpósio:

ACESSO AO DIREITO E À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA NO CONTEXTO DA  
PANDEMIA DO COVID-19: VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS  
PROCEDIMENTOS ONLINE

### Coordenadoras:

**Nome da Coordenadora 1:** Lucília Napoleão Barros

**Vinculação Institucional:** Faculdades Doctum, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

**Resumo Curricular:** Doutora e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Tem experiência em atividades de pesquisa como bolsista de doutoramento pela Fundação para Ciência e Tecnologia - FCT, Portugal. Possui especialização em Direitos Humanos pelo IGC - Ius Gentium Conimbrigae da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Pós Graduação em Justiça Europeia dos Direitos do Homem, organizada pelo CEDIPRE/IGC. Foi pesquisadora visitante na biblioteca do Instituto de Derecho Industrial de la Universidad de Santiago de Compostela - IDIUS (Espanha); do Max Planck Institute for Intellectual Property and Competition Law (Alemanha); e na Bodelian Law Library Faculty of Law/University of Oxford (Inglaterra). Foi Agente de Cooperação da Fundação das Universidades Portuguesas pelo do Programa Governamental de Cooperação CRUP/FUP com Timor-Leste, lecionando as cadeiras de Direito Internacional Público I e Direito Civil III na Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Timor-Leste UNTL, sediada em Dili. É autora de diversos artigos científicos e apresentou trabalhos em congressos nacionais e internacionais realizados no Brasil, Bélgica, Lituânia e Portugal. Professora Universitária nos Cursos de Direito e de Administração das Faculdades Doctum, Juiz de Fora, MG. Coordenadora da CPA (Comissão Própria de Avaliação) das Faculdades Doctum de Juiz de Fora, MG

**Nome da Coordenadora 2:** Ana Carolina de Faria Silvestre

**Vinculação Institucional:** Faculdade de Direito do Sul de Minas, Brasil

**Resumo Curricular:** Doutoranda em Ciências Jurídico-filosóficas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre e pós-graduada em Ciências Jurídico-filosóficas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Professora na Faculdade de Direito do Sul de Minas. Gestora do Núcleo de Extensão da Faculdade de Direito do Sul de Minas. Gestora de Relações Interinstitucionais na Faculdade de Direito do Sul de Minas. Autora e co-autora de artigos e livros publicados no Brasil, Portugal, Espanha, Itália e Inglaterra. Membro da rede em Didática e Pedagogia do Direito coordenada por Maria Francisca Elgueta e Eric Palma da Unidad de Pedagogía Universitaria y Didáctica del Derecho de la Universidad de Chile. Membro da Rede Brasileira de Direito e Literatura. Membro da International Research Collaborative network intitulada Law, Reason and Emotion. Membro da Collaborative Research Network intitulada Law and Emotion. Membro da Associação Brasileira de Filosofia do Direito e Sociologia do Direito

### Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

O acesso à justiça, também compreendido como o acesso ao direito e à tutela jurisdicional efetiva, não apenas integra o rol de direitos humanos como também se encontra positivado enquanto direito fundamental no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira e no artigo 20º da Constituição da República Portuguesa. Envolve o direito de ação e às garantias do processo, assim como o direito à justiça concreta (realização do direito prático-prudencial). Com a Pandemia do Covid-19, Brasil, Portugal e demais Estados do Globo foram forçados a





**VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS  
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.  
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal**



tomarem uma série de medidas destinadas a conter a proliferação do vírus e evitar o aumento do número de óbitos. Tais medidas aceleraram o movimento de digitalização dos procedimentos judiciais e afetaram profundamente a vida dos seus cidadãos e o funcionamento das instituições de Direito. Neste contexto, o presente Simpósio pretende debater sobre o impacto que as medidas emergenciais de isolamento adotadas durante a Pandemia tiveram sobre o judiciário, especialmente em relação à realização efetiva do direito de acesso à justiça. Para tanto, convidamos os pesquisadores a submeterem trabalhos atinentes às seguintes linhas de pesquisa:

1. O direito a um julgamento justo, ao devido processo legal e à duração razoável do processo nos julgamentos online durante a pandemia e a (in)compatibilidade dos processos eletrônicos com a garantia efetiva do direito humano ao acesso à justiça.

2. Acesso efetivo à justiça para o caso concreto jurídico a partir da assunção da racionalidade jurídica como racionalidade prática e os desafios à realização prático-prudencial do direito no Brasil.

**Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:**

**Português (X)**

**Inglês (X)**

**Espanhol (X)**





VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS  
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.  
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal



ONLINE SYMPOSIUM N° 116

**Symposium:**

ACCESS TO LAW AND EFFECTIVE JUDICIAL PROTECTION IN THE CONTEXT OF  
THE COVID-19 PANDEMIC: ADVANTAGES AND DISADVANTAGES OF ONLINE  
PROCEDURES

**Coordinators:**

**Name of Coordinator 1:** Lucília Napoleão Barros

**Institution:** Doctum School of Law – Juiz de Fora, Minas Gerais, Brazil.

**Curricular Summary:** PhD in legal Studies (International Law concentration) – University of Coimbra, Faculty of Law. Master of Laws (L.L.M) – University of Coimbra, Faculty of Law. Visiting researcher at the Max Planck Institute for Intellectual Property and Competition Law (Germany); at the Bodelian Law Library Faculty of Law / University of Oxford (England) and at the Industrial Law Institute of the University of Santiago de Compostela – IDIUS (Spain). Visiting Professor at the National University of East Timor, Faculty of Law. Lecturer on Law different subjects in Portugal, Brazil, Belgium and Lithuania. Currently, Adjunct Professor at Doctum School of Law – Juiz de Fora, and Coordinator of the Comissão Própria de Avaliação - CPA (Commission for Evaluation) of Faculdades Doctum - Juiz de Fora, Minas Gerais, Brazil

**Name of Coordinator 2:** Ana Carolina de Faria Silvestre

**Institution:** Faculdade de Direito do Sul de Minas

**Curricular Summary:** PhD candidate in Legal Philosophy at the Faculty of Law of the University of Coimbra. Master and post-graduated in Legal Philosophy from the Faculty of Law of the University of Coimbra. Professor at the Faculty of Law of the South of Minas Gerais. Coordinator of the Extension Department at Southern Minas Gerais Law School. Coordinator of the International Relations at Southern Minas Gerais Law School. Author and co-author of articles and books published in Brazil, Portugal, Spain, Italy and England. Member of the network in Didactics and Pedagogy of Law coordinated by Maria Francisca Elgueta and Eric Palma of the Unidad de Pedagogía Universitaria y Didáctica del Derecho of Universidad de Chile. Member of the Brazilian Network of Law and Literature. Member of the International Research Collaborative network entitled Law, Reason and Emotion. Member of the Collaborative Research Network entitled Law and Emotion. Member of the Brazilian Association of Philosophy of Law and Sociology of Law

**Line(s) of discussion (symposium description):**

Access to justice, equally understood as access to law and effective judicial protection, is not only part of the list of human rights, but is also established as a fundamental right in article 5 of the Brazilian Federal Constitution and in article 20 of the Constitution of the Portuguese Republic. It involves the right of action and the guarantees of the process, as well as the right to concrete justice (realization of the practical-prudential right). With the Covid-19 Pandemic, Brazil, Portugal and other states across the globe were forced to take a series of measures to contain the spread of the virus and prevent the increase in the number of deaths. Such measures accelerated the movement to digitize judicial procedures and profoundly affected the lives of its citizens and the functioning of legal institutions. In this context, this Symposium intends to discuss the impact that the emergency isolation measures adopted during the Pandemic had on the judiciary, especially in relation to the effective realization of the right of access to justice. To this end, we invite researchers to submit works related to the following lines of research:



[www.cidhcoimbra.com](http://www.cidhcoimbra.com)



[contact@cidhcoimbra.com](mailto:contact@cidhcoimbra.com)



@cidhcoimbra



**VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS  
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.  
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal**



1. The right to a fair trial, due process of law and reasonable duration of the process in online trials during the pandemic and the (in)compatibility of electronic processes with the effective guarantee of the human right to access justice.

2. Effective access to justice for the specific legal case from the assumption of legal rationality as practical rationality and the challenges to the practical-prudential realization of Law in Brazil.

**Languages of abstracts that will be accepted for presentation:**

**Portuguese (X)**

**English (X)**

**Spanish (X)**





VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS  
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.  
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal



SIMPOSIO EN LÍNEA N° 116

**Simposio:**

ACCESO A LA LEY Y TUTELA JUDICIAL EFECTIVA EN EL CONTEXTO DE LA PANDEMIA DEL COVID-19: VENTAJAS Y DESVENTAJAS DE LOS TRÁMITES ONLINE

**Coordinadores:**

**Nombre de la Coordinadora 1:** Lucília Napoleão Barros

**Vinculación Institucional:** Facultades Doctum, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

**Resumen curricular:** Doctor y Máster en Derecho por la Facultad de Derecho de la Universidad de Coimbra. Tiene experiencia en actividades de investigación como becaria doctoral en la Fundación para la Ciencia y la Tecnología - FCT, Portugal. Tiene una especialización en Derechos Humanos por el IGC - Ius Gentium Conimbrigae de la Facultad de Derecho de la Universidad de Coimbra y un posgrado en Justicia Europea para los Derechos Humanos, organizado por CEDIPRE/IGC. Fue investigadora visitante en la biblioteca del Instituto de Derecho Industrial de la Universidad de Santiago de Compostela - IDIUS (España); el Instituto Max Planck de Propiedad Intelectual y Derecho de la Competencia (Alemania); y en la Bodelian Law Library Facultad de Derecho/Universidad de Oxford (Inglaterra). Fue Agente de Cooperación de la Fundación de Universidades Portuguesas para el Programa de Cooperación Gubernamental CRUP/FUP con Timor-Leste, impartiendo las materias de Derecho Internacional Público I y Civil Derecho III en la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Timor-Leste UNTL, en Dili. Es autora de varios artículos científicos y ha presentado trabajos en congresos nacionales e internacionales realizados en Brasil, Bélgica, Lituania y Portugal. Profesor Universitario en las Carreras de Derecho y Administración de las Facultades Doctum, Juiz de Fora. Coordinador de la CPA –Comisión de Evaluación de Facultades Doctum en Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

**Nombre de la Coordinadora 2:** Ana Carolina de Faria Silvestre

**Vinculación Institucional:** Faculdade de Direito do Sul de Minas

**Resumen curricular:** Estudiante de doctorado en Ciencias Jurídico Filosóficas en la Facultad de Derecho de la Universidad de Coimbra. Máster y postgrado en Ciencias Jurídico Filosóficas por la Facultad de Derecho de la Universidad de Coimbra. Profesor de la Facultad de Derecho del Sur de Minas Gerais. Coordinador del Núcleo de Extensión de la Facultad de Derecho del Sur de Minas Gerais. Coordinador de Relaciones Interinstitucionales de la Facultad de Derecho del Sur de Minas Gerais. Autor y coautor de artículos y libros publicados en Brasil, Portugal, España, Italia e Inglaterra. Miembro de la Red de Didáctica y Pedagogía del Derecho coordinada por Maria Francisca Elgueta y Eric Palma de la Unidad de Pedagogía Universitaria y Didáctica del Derecho de la Universidad de Chile. Miembro de la Red Brasileña de Derecho y Literatura. Miembro de la International Research Collaborative network en Law, Reason and Emotion. Miembro de la Collaborative Research Network en Law and Emotion. Miembro de la da Asociación Brasileña de Filosofía del Derecho y Sociología del Derecho

**Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):**

El acceso a la justicia, entendido también como acceso al derecho y a la tutela judicial efectiva, no sólo integra la lista de derechos humanos, sino que también está establecido como derecho fundamental en el artículo 5 de la Constitución Federal brasileña y en el artículo 20 de la Constitución de la República Portuguesa. El acceso a la justicia implica el derecho de acción y las garantías del proceso, así como el derecho a la justicia concreta (realización del derecho práctico-prudencial). Con la pandemia de Covid-19, Brasil, Portugal y otros estados del mundo



[www.cidhcoimbra.com](http://www.cidhcoimbra.com)



[contact@cidhcoimbra.com](mailto:contact@cidhcoimbra.com)



@cidhcoimbra



**VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS  
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.  
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal**



se vieron obligados a tomar una serie de medidas para contener la propagación del virus y evitar el aumento del número de muertes. Tales medidas aceleraron el movimiento para digitalizar los procedimientos judiciales y afectaron profundamente la vida de sus ciudadanos y el funcionamiento de las instituciones legales. En este contexto, este Simposio pretende discutir el impacto que las medidas de aislamiento de emergencia adoptadas durante la Pandemia tuvieron en el poder judicial, especialmente en relación con la realización efectiva del derecho de acceso a la justicia. Para ello, invitamos a los investigadores a enviar trabajos relacionados con las siguientes líneas de investigación::

1. El derecho a las garantías judiciales, el debido proceso legal y la duración razonable del proceso en los juicios en línea durante la pandemia y la (in)compatibilidad de los procesos electrónicos con la garantía efectiva del derecho humano de acceso a la justicia.

2. El acceso efectivo a la justicia para el caso jurídico específico a partir de la asunción de la racionalidad jurídica como racionalidad práctica y los desafíos a la realización práctico-prudencial del derecho en Brasil.

**Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:**

**Portugués (X)**

**Inglés (X)**

**Español (X)**

